



ISSN: 2230-9926

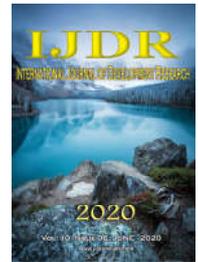
Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 06, pp. 36461-36465, June, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.18977.06.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## MÃES QUE AMAMENTAM E CUMPREM JORNADA DE TRABALHO: REVISÃO INTEGRATIVA

\*<sup>1</sup>Raylla Araújo Bezerra, <sup>1</sup>Susy Maria Feitosa de Melo Rabelo, <sup>1</sup>Vanessa Kelly da Silva Lima, <sup>2</sup>Ana Railka de Souza Oliveira Kumakura, <sup>3</sup>Ana Kelve de Castro Damasceno and <sup>1</sup>Lydia Vieira Freitas dos Santos

<sup>1</sup>Instituto de Ciências da Saúde - ICS, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção/Ceará – Brasil; <sup>2</sup>Faculdade de Enfermagem. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas/São Paulo, Brasil; <sup>3</sup>Departamento de Enfermagem - DENF, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/Ceará, Brasil

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 14<sup>th</sup> March, 2020

Received in revised form

03<sup>rd</sup> April, 2020

Accepted 11<sup>th</sup> May, 2020

Published online 25<sup>th</sup> June, 2020

#### Key Words:

Trabalho Feminino; Condições de Trabalho; Aleitamento Materno; Enfermagem do Trabalho.

#### \*Corresponding author:

Raylla Araújo Bezerra

### ABSTRACT

**Objetivo:** Identificar o conhecimento produzido e publicado quanto às dificuldades relacionadas ao trabalho enfrentadas por mães que amamentam e cumprem jornada de trabalho no Brasil. **Método:** Revisão integrativa realizada entre setembro e outubro de 2017, nas bases de dados PUBMED, LILACS e SCIELO. **Resultados:** Foram analisadas 21 produções, agrupadas em categorias com enfoque nas principais dificuldades enfrentadas pelas mães ao amamentar e cumprir jornada de trabalho. **Discussão:** as dificuldades citadas fazem referência às leis trabalhistas, como licença maternidade de apenas 120 dias, não cumprimento de intervalos de 30 minutos por turno trabalhado, falta de creches no local de trabalho e trabalho informal. **Conclusão:** A contribuição do estudo implica no direcionamento da atenção às particularidades da mulher que amamenta e trabalha, no intuito de incentivá-la e apoiá-la na tarefa de manter o aleitamento materno mesmo diante de tantos empecilhos.

Copyright © 2020, Raylla Araújo Bezerra et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Raylla Araújo Bezerra, Susy Maria Feitosa de Melo Rabelo, Vanessa Kelly da Silva Lima et al. "Mães que amamentam e cumprem jornada de trabalho: revisão integrativa", *International Journal of Development Research*, 10, (06), 36461-36465.

## INTRODUCTION

No Brasil, a partir da década de 70, houve um aumento na inserção das mulheres no mercado de trabalho formal e remunerado, permitindo maior autonomia e empoderamento femininos, bem como o desenvolvimento de potencialidades e oportunidades para a participação social (D'Affonseca, Cia & Barham, 2014; Dantas, Silva & Carvalho, 2014). Entretanto, mesmo diante da mudança de paradigmas da formação familiar e do patriarcalismo ora vigente, a mulher ainda é discriminada no mercado de trabalho, sobretudo por sua condição de mulher e pelo exercício da maternidade (Nascimento & Bôas, 2015). A maior participação feminina no mercado de trabalho trouxe a necessidade de modificações nas leis trabalhistas, principalmente para o amparo a particularidades como a gestação e a lactância. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio da lei n.º 5.452, assegura o direito a 120 dias de licença maternidade, sem prejuízo do emprego e salário,

bem como 2 descansos especiais, de meia hora cada, quando do retorno ao trabalho, visando permitir o aleitamento materno. A mesma lei determina que empresas com pelo menos trinta funcionárias maiores de 16 anos de idade ofereçam creches na empresa ou façam convênios com creches externas para a permanência das crianças (Brasil, 1943). Embora representem avanços, os direitos assegurados não atendem satisfatoriamente à recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS) acerca do aleitamento materno exclusivo (AME) até os 6 meses de idade do lactente (D'Affonseca, Cia & Barham, 2014). Desse modo, o trabalho materno configura como um dos principais fatores associados à ausência do AME entre mães trabalhadoras (Leone & Sadeck, 2012). Em 2008, a lei 11.770 permitiu a ampliação da licença maternidade por mais 60 dias, porém, a referida lei é facultativa, dependendo assim, da adesão da empresa ao chamado Programa Empresa Cidadã (Brasil, 2008). A amamentação apresenta-se como um momento de suma importância para o binômio mãe-filho, que

transcende os benefícios fisiológicos, nutricionais e imunológicos, abrangendo uma intimidade e a formação de laços afetivos entre mãe e recém-nascido (Martins & Santana, 2013). Embora as taxas de AME estejam em ascensão no país, a adesão à amamentação depende de uma série de fatores, que passam pelo incentivo e orientação profissional das mães sobre as técnicas e vantagens do AME para si própria e para o bebê, bem como o apoio de familiares, do parceiro e de sua rede social para o prolongamento do tempo de amamentação e a prevenção do desmame (Machado *et al.*, 2014). O retorno precoce ao trabalho tem sido relacionado ao abandono da amamentação, portanto, o desconhecimento dos direitos trabalhistas assegurados também perpassam pelos fatores que impedem a manutenção do AME (Fialho, Lopes, Dias & Salvador, 2014). Considerando que o desmame é um processo multifatorial e que as mães trabalhadoras tendem a apresentar maior dificuldade para a manutenção do aleitamento materno, o objetivo do presente estudo foi identificar o conhecimento produzido e publicado quanto às dificuldades relacionadas ao trabalho enfrentadas por mães que amamentam e cumprem jornada de trabalho no Brasil.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de revisão integrativa da literatura, que consiste em sintetizar os resultados de múltiplos estudos publicados sobre um determinado assunto e identificar as lacunas a serem preenchidas com a realização de novos estudos, além de relacionar as melhores evidências acerca do tema (Mendes, Silveira & Galvão, 2008; Crossetti, 2012). Para o desenvolvimento da revisão, foram seguidas as seguintes etapas: A) identificação da temática e da questão de pesquisa; B) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão/amostragem; C) definição das informações a serem extraídas/categorização; D) avaliação dos estudos incluídos; E) interpretação dos resultados; F) apresentação da síntese do conhecimento (Mendes, Silveira & Galvão, 2008).

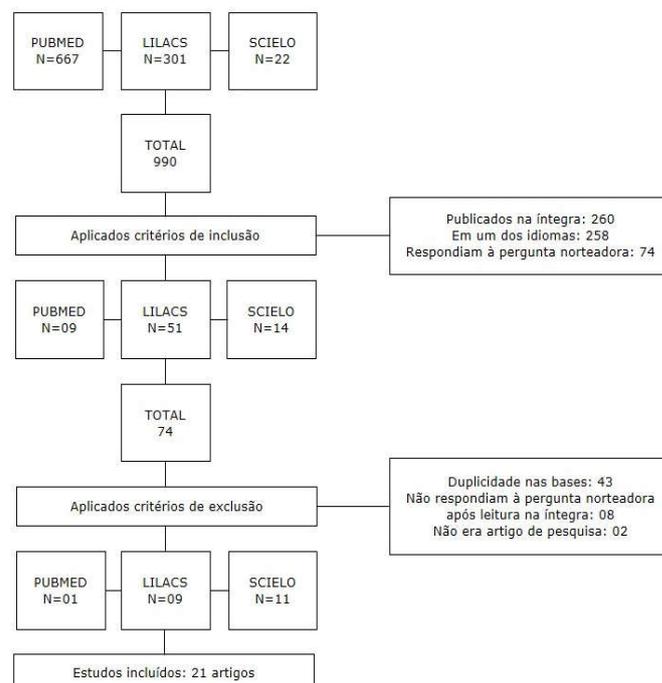
Realizou-se a busca de artigos a fim de responder a seguinte questão norteadora: *quais as dificuldades relacionadas ao trabalho enfrentadas por mães que amamentam e cumprem jornada de trabalho no Brasil?*

A busca foi realizada por dois revisores, de forma independente, nas bases de dados *US National Library of Medicine* (PUBMED); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – *LILACS eScientific Electronic Library Online* (SCIELO), utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) Aleitamento Materno, Desmame e Trabalho Feminino, com as respectivas traduções no *Medical Subject Heading (MESH) - Breast Feeding, Weaning e Women, working*, empregados em várias combinações, nos meses de setembro e outubro de 2017. Para a seleção dos estudos, foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: pesquisas primárias em texto completo disponível, publicadas em português, inglês ou espanhol, que abordassem questões relativas ao tema ou que respondessem à questão de pesquisa. Os artigos foram excluídos de acordo com os seguintes critérios: duplicidade nas bases de dados, não ser artigo de pesquisa e não responder à pergunta norteadora após leitura na íntegra. Não houve delimitação temporal para a busca dos textos, visto que se considerou importante verificar a ascensão da temática de acordo com os avanços alcançados pelas leis trabalhistas e programas de incentivo ao aleitamento materno no país ao longo dos anos. A extração de informações dos artigos ocorreu

a partir de um instrumento adaptado (Ursi & Galvão, 2006). Para cada artigo da amostra final, o instrumento foi preenchido, permitindo o recolhimento de informações de forma sistemática. As informações foram analisadas e sintetizadas em categorias temáticas.

## RESULTADOS

A busca resultou, no total de todos os cruzamentos, em 990 estudos, que passaram pelos critérios de inclusão. 258 estavam publicados na íntegra e disponíveis em um dos idiomas. Após a leitura dos resumos, 74 respondiam à pergunta norteadora e foram incluídos. Seguindo os critérios de exclusão, 43 artigos encontravam-se repetidos, 02 não eram artigos de pesquisa e 08 não respondiam à pergunta norteadora após a leitura do texto na íntegra, resultando em 21 artigos selecionados para análise. Estas etapas estão sumarizadas na Figura 1.



Fonte: elaborado pelas autoras.

**Figura 1. Fluxograma de busca e seleção dos estudos. Acarape, 2017**

Os estudos receberam letras do alfabeto latino para sua identificação e organização de acordo com a ordem alfabética, em que o estudo intitulado “A amamentação entre filhos de mulheres trabalhadoras” recebeu a letra *A* e o estudo “Vivência da amamentação por trabalhadoras de uma indústria têxtil do Estado do Ceará, Brasil” foi dada a letra *U*. A Figura 2 apresenta as características dos artigos quanto ao título, periódico, tamanho amostral, ano de publicação, nível de evidência e delineamento metodológico. A maior parte dos estudos foi realizada na região sudeste do país (N=11), seguida pelas regiões sul e nordeste, responsáveis por cinco publicações cada. Quanto ao tipo de publicação, todos foram artigos científicos e a maior parte destes artigos teve como autor principal os profissionais enfermeiros (N=8) e nutricionistas (N=8), seguido por médicos (N=2), além de assistente social, engenheiro de alimentos e estatístico, com uma publicação cada. Os anos com maior número de publicações foram 2012 (N=5), seguidos por 2010 e 2008 (N=3) cada apenas uma publicação na década de 90.

Estudo	Título	Periódico	Tamanho amostral	Ano	Nível de evidência	Delineamento Metodológico
A(20)	A amamentação entre filhos de mulheres trabalhadoras	Rev Saúde Pública	200 trabalhadoras	2012	IV	Desenho retrospectivo de coorte
B(21)	Alegações maternas para o desmame: estudo qualitativo	Jornal de Pediatria	24 mulheres	2003	VI	Qualitativo
C(22)	Aleitamento materno e desmame: um olhar sobre as vivências de mães enfermeiras	Rev Rene	10 mães	2014	VI	Qualitativo
D(23)	Aleitamento materno exclusivo em lactentes atendidos na rede pública de Joinville, Santa Catarina, Brasil	RevBras Saúde MaternInfant	889	2008	VI	Quantitativo
E(24)	Aleitamento materno exclusivo entre trabalhadoras com creche no local de trabalho	Rev Saúde Pública	30 mulheres	2004	VI	Qualitativo
F(25)	A mulher e o direito de amamentar: as condições sociais para o exercício desta função	Rev Min Enf	22 nutrizes	2000	VI	Qualitativo
G(26)	A percepção da nutriz frente aos fatores que levam ao desmame precoce em uma unidade básica de saúde de Divinópolis/MG	R EnfermCent O Min	11 nutrizes	2014	VI	Qualitativo
H(27)	A prática de amamentar entre mulheres que exercem trabalho remunerado na Paraíba, Brasil: um estudo transversal	Cad Saúde Pública	11.076	2007	VI	Qualitativo
I(28)	Aspectos relacionados ao estabelecimento e à manutenção do aleitamento materno exclusivo na perspectiva de mulheres atendidas em uma unidade básica de saúde	Interface - Comunicação Saúde Educação	12 mães	2010	VI	Qualitativo
J(29)	A vivência de amamentar para trabalhadoras e estudantes de uma universidade pública	RevBrasEnferm	65 mulheres	2005	VI	Qualitativo
K(30)	Fatores associados à duração do aleitamento materno em crianças de famílias de baixa renda da região sul da cidade de Curitiba, Paraná, Brasil	Cad Saúde Pública	118 mães	2009	IV	Estudo de coorte
L(31)	Fatores associados à duração do aleitamento materno em crianças menores de seis meses	RevGinecolObstet	667	2012	VI	Qualitativo
M(32)	Fatores associados à interrupção precoce do aleitamento materno: um estudo de coorte de nascimento em dois municípios do Recôncavo da Bahia, Brasil	Cad Saúde Pública	531	2012	IV	Estudo de coorte
N(33)	Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo em Guarapuava, Paraná	Rev Nutri Campinas	426	2010	VI	Quantitativo
O(34)	Impacto do incentivo ao aleitamento materno entre mulheres trabalhadoras formais	Cad Saúde Pública	200 mães	2010	IV	Estudo de intervenção não randomizado
P(35)	Influência da escolaridade e do trabalho maternos no aleitamento materno exclusivo	RevBrasEpidemiol	2.459	2008	VI	Quantitativo
Q(36)	O início do desmame precoce: motivos das mães assistidas por serviços de puericultura de Florianópolis/SC para esta prática	PesqBrasOdontopedClinIntegr	200 mães	2012	VI	Misto
R(37)	Percepção da mãe sobre aleitamento materno na puericultura	CienCuid Saúde	22 mães	2008	VI	Qualitativo
S(38)	Possibilidades e limitações da amamentação entre mulheres trabalhadoras formais	Rev Saúde Pública	76 mulheres	1997	VI	Misto
T(39)	Representações sociais de mulheres sobre a amamentação: teste de associação livre de ideias acerca da interrupção precoce do aleitamento materno exclusivo	Esc Anna Nery R Enferm	30 mulheres	2007	VI	Qualitativo
U(40)	Vivência da amamentação por trabalhadoras de uma indústria têxtil do Estado do Ceará, Brasil	RevBrasEnferm	5 mães	2011	VI	Qualitativo

Fonte: elaborado pelas autoras.

**Figura 2. Identificação das publicações quanto ao título, periódico, ano, nível de evidência e delineamento metodológico (N=21). Acarape, 2017**

As publicações dividiram-se em 15 revistas, destacando-se os Cadernos de Saúde Pública (N=4) e a Revista de Saúde Pública (N=3), ambos periódicos multi e interdisciplinares. Faz-se importante destacar que a qualidade dos níveis de evidências foi classificada em sete níveis (Melnik, Fineout-Overholt, 2005), a saber: nível 1 - revisão sistemática ou metanálise de ensaios clínicos randomizados controlados; nível 2 - pelo menos um ensaio clínico randomizado controlado bem delineado; nível 3 - ensaios clínicos bem delineados sem randomização; nível 4 - estudos de coorte e de caso-controle

bem delineados; nível 5 - revisão sistemática de estudos descritivos e qualitativos; nível 6 - único estudo descritivo ou qualitativo; nível 7 - opinião de autoridades e/ou relatório de comitês de especialistas. Nos estudos selecionados, o maior nível de evidência foi o nível IV (N=4), seguido pelo nível VI abrangendo todo o restante.

Os estudos, em sua maioria, são transversais, descritivos e com abordagem qualitativa.

## DISCUSSÃO

Os artigos incluídos na revisão foram agrupados e divididos em cinco categorias temáticas de acordo com as principais dificuldades citadas e enfrentadas pelas mães em amamentar e cumprir a jornada de trabalho: Leis trabalhistas inadequadas ao aleitamento materno (N=15); Múltiplas tarefas da mãe (N=9); Obstáculos para a ordenha das mamas (N=4); Distância do local de trabalho para o local de permanência do bebê (N=3); Colaboração insuficiente do cuidador do bebê enquanto a mãe trabalha (N=2). Desse modo, o estudo que mencionou mais de uma dificuldade pode enquadrar-se em uma ou mais categorias de forma simultânea. Na categoria *Leis trabalhistas inadequadas ao aleitamento materno*, os estudos caracterizaram os fatores como licença maternidade de 120 dias; descumprimento dos intervalos de 30 minutos por turno trabalhado; falta de creches no local de trabalho ou não vinculação a creches por parte das empresas; trabalho informal sem direito a licença maternidade; falta de interesse dos empresários em aderir às políticas governamentais de incentivo ao AME como os principais empecilhos ao exercício pleno do aleitamento materno por parte da mãe que amamenta e cumpre jornada de trabalho. O trabalho materno é fator contribuinte para a descontinuidade da amamentação e isso tem sido mostrado de forma homogênea na literatura (Oliveira, Iocca, Carrijo & Garcia, 2015; Torres, Sales, Melo, Mendes & Mistura, 2014), visto ser motivo para o afastamento do binômio mãe-filho, e por facilitar a adoção de outros tipos de leite à dieta do lactente, mesmo quando a ordenha mamária é orientada. Diante disso, faz-se necessário o desvelo de seus direitos desde o acompanhamento Pré-Natal, como estratégia de empoderamento e maior segurança no exercício da maternidade. O cumprimento da legislação e a sensibilidade dos empregadores para esta temática são passos importantes para a melhoria dos índices de AME entre as mães trabalhadoras.

Na categoria *Múltiplas tarefas da mãe*, os estudos referiram-se ao cansaço físico, desgaste emocional e dificuldade de conciliar múltiplas funções (o trabalho externo juntamente com as tarefas maternas, do lar e junto ao parceiro e outros filhos). O cansaço físico e mental, a fadiga e a sobrecarga de trabalho da lactante são fatores danosos à amamentação e contribuem para o desmame precoce, principalmente, se aliado ao anseio da mulher em saber se será capaz de amamentar e continuar sendo produtiva no trabalho. Assim, diante dessa sobrecarga, faz-se importante o apoio familiar e da rede social da nutriz, com o intuito de manter o compromisso com o aleitamento materno (Ong, Chan, Shorey, Chong, Klainin-Yobas & He, 2014). Na categoria *Obstáculos para a ordenha das mamas*, os estudos demonstraram que as mulheres desejam ordenhar e armazenar o leite materno para deixar disponível à criança enquanto permanecem no trabalho. No entanto, fatores como desconhecimento da técnica de ordenha e ambiente laboral insalubre para essa prática dificultam a ordenha e o armazenamento adequado. Este fato nos remete à importância da abordagem desta temática no Pré-Natal e nas consultas de Puericultura. Mães trabalhadoras que não conseguiram manter o AME até o 6º mês afirmaram dificuldades logísticas decorridas do retorno ao trabalho e a interrupção devido à redução ou ausência de produção láctea em consequência da ordenha que não era realizada. Existem também diferenças culturais que interferem na prática da ordenha (Pang et al., 2016). Em vista disso, o Diagnóstico de Enfermagem Amamentação Ineficaz apresenta a falta de conhecimento em

relação à ordenha do leite como uma característica definidora e esta faz-se prevalente nos casos de aleitamento interrompido precocemente (Carvalho, Silva, Andrade, Silva & Lopes, 2014). Assim, destacamos o processo de enfermagem como ferramenta importante para a organização e direcionamento da assistência ao binômio nessa fase. Na categoria *Distância do local de trabalho para o local de permanência do bebê*, os estudos fizeram referência ao prejuízo à amamentação a partir da dificuldade de deslocamento, o uso de transporte público, perda de tempo em engarrafamentos e demais complicações relacionadas à moradia em grandes centros urbanos e que contribuem para agravar o estado psicológico e o cansaço das mães que amamentam e cumprem jornada de trabalho longe do domicílio. A separação diária da mãe e do bebê colabora com a sensação de culpa e perda que estas mulheres enfrentam, bem como para a preocupação com o bem-estar do lactente deixado aos cuidados de terceiros, mesmo no caso de bebês que ficam em creches (Ong, Chan, Shorey, Chong, Klainin-Yobas & He, 2014). A permanência da mãe junto ao bebê desfavorece o uso da chupeta, bem como a introdução de outros alimentos precocemente, além de aumentar em mais de duas vezes a probabilidade do aleitamento materno perdurar por 2 anos ou mais (Pang et al., 2016). Na categoria *Colaboração insuficiente do cuidador do bebê enquanto a mãe trabalha*, os estudos mencionaram o comportamento do cuidador da criança como fator impeditivo à amamentação. Dessa forma, tanto a manutenção do aleitamento materno (através do oferecimento do leite ordenhado), como a introdução correta da alimentação complementar encontra-se ameaçada (Pang et al., 2016). O uso de mingaus, chás, leites e farináceos é frequente quando os cuidadores são os avós ou familiares próximos. Do mesmo modo, é comum que os cuidadores não sigam as orientações da mãe ou dos profissionais que assistem à criança, e muitas vezes as mães não se sentem à vontade para questionar ou contrapor a decisão desses cuidadores (Silva, Elles, Silva, Santos, Souza & Carvalho, 2012).

## Conclusão

A nova conjuntura familiar e o exercício laboral fora do lar fazem parte da atual realidade da mulher brasileira e precisam ser melhor compreendidos de forma que as políticas públicas existentes possam garantir o exercício pleno da maternidade, em especial do aleitamento materno. O presente estudo deve-se na compreensão das dificuldades que as mães enfrentam para manter a amamentação quando precisam conciliá-la com o trabalho e estas estão, em sua maioria, relacionadas às leis trabalhistas que não se adequam às recomendações dos órgãos nacionais e internacionais de saúde e também ao não cumprimento dessas por parte dos empregadores, além de desconhecimento dos direitos por parte das mulheres. Dessa forma, a contribuição deste estudo implica no direcionamento da atenção do enfermeiro às particularidades dessa mulher que amamenta e trabalha, no intuito de incentivá-la e apoiá-la na tarefa de manter o aleitamento materno mesmo diante de tantos empecilhos.

## REFERÊNCIAS

- Brasil. Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm).
- Brasil. Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da

- licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm)
- Carvalho OMC, Silva KR, Andrade LZC, Silva VM, Lopes MVO. 2014. Prevalência dos diagnósticos de enfermagem de amamentação no binômio mãe-filho em Unidade Básica de Saúde. *Rev Rene*. v. 15, pp:99-107.
- Crossetti, MGO. 2012. Revisão integrativa de pesquisa na Enfermagem o rigor científico que lhe é exigido. *Rev Gaúcha Enferm*.v. 33, pp: 8-9.
- D’Affonseca SM, Cia F, Barham EJ. 2014. Trabalhadora feliz, mãe feliz? Condições de trabalho que influenciam na vida familiar. *Psicol. Argum*. v.32, pp:129-138.
- Dantas TC, Silva JSS, Carvalho MEP. 2014. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. *Rev. bras. educ. espec*.v. 20, pp:555-568.
- Fialho FA, Lopes AM, Dias IMAV, Salvador M. 2014. Fatores associados ao desmame precoce do aleitamento materno. *Rev Cuid*. v. 5, pp: 670-678.
- Leone CR, Sadeck LSR. 2012. Fatores de risco associados ao desmame em crianças até seis meses de idade no município de São Paulo. *Rev. paul. pediatr*. v. 30, pp:21-26.
- Machado MCM *et al*. 2014. Determinantes do abandono do aleitamento materno exclusivo: fatores psicossociais. *Rev Saúde Pública*.v. 48, pp:985-994.
- Martins MZO, Santana LS. 2013. Benefícios da amamentação para saúde materna. *Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente*. v. 1, pp:87-97.
- Melnyk BM, Fineout-Overholt E. 2005. Making the case for evidence-based practice. In: Melnyk BM, Fineout-Overholt E. Evidence-based practice in nursing & healthcare. A guide to best practice. Philadelphia: Lippincot Williams & Wilkins. pp. 3-24.
- Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. 2008. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto enferm*. v. 17, pp:758-764.
- Nascimento GAF, Bôas RVV. 2015. Proteção da mulher: direito individual e social à igualdade de condições no mercado de trabalho e ao direito à maternidade. *Conpedi Law Review*.v. 1, pp:156-172.
- Oliveira CS, Iocca FA, Carrijo MLR, Garcia RATM. 2015. Amamentação e as intercorrências que contribuem para o desmame precoce. *Rev. Gaúcha Enferm*.v. 36, pp: 16-23.
- Ong SF, Chan WC, Shorey S, Chong YS, Klainin-Yobas P, He HG. 2014. Postnatal experiences and support needs of first-time mothers in Singapore: a descriptive qualitative study. *Midwifery*. v.30, pp:772-778.
- Pang WW, Izzuddin MA, Doris F, Shu-E S, Mei CC, Sok BL, et al. 2016. Determinants of Breastfeeding Practices and Success in a Multi-Ethnic Asian Population. *Birth*. v. 43, pp:68-77.
- Silva LR, Elles MEIS, Silva MDB, Santos IMM, Souza KV, Carvalho SM. 2012. Social factors that influence breastfeeding in preterm infants: a descriptive study. *Online Brazilian Journal of Nursing*.v. 11, pp: 40-52.
- Torres LEAS, Sales JRP, Melo MCP, Mendes RNC, Mistura C. 2014. Influências sociais no processo do aleitar: percepções das mães. *Revista espaço para a saúde*.v. 15, pp:25-36.
- Ursi ES, Galvão CM. 2006. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. v. 14, pp:124-31.

\*\*\*\*\*